

Demonstrações Contábeis

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“Companhia”) que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 6 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$ 440.143 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 31 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

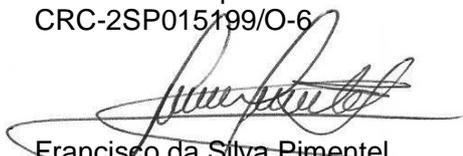
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 5 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	73.943	14.843
Caixa restrito	4	-	8.385
Concessionária e permissionárias	5	20.000	19.759
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	5 e 13	561	536
Ativo de concessão	6	125.253	184.190
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		5.164	2.348
Outros tributos a recuperar		1.664	1.152
Serviços em curso		4.251	2.933
Outros ativos		1.311	1.063
Total do ativo circulante		232.147	235.209
Não circulante			
Aplicações financeiras		28	28
Caixa restrito	4	8.880	-
Depósitos judiciais		714	501
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	5	1.693	766
Ativo de concessão	6	440.143	453.857
Imobilizado		358	274
Intangível		159	162
Total do ativo não circulante		451.975	455.588
Total do ativo		684.122	690.797

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.039	1.674
Empréstimos e financiamentos	7	23.760	22.597
Debêntures	8	17.953	24.103
Taxas regulamentares e setoriais	10	6.150	5.115
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.159	4.355
Outros tributos a recolher		988	763
Dividendos a pagar		-	2.317
Outras obrigações		3.128	2.549
Total do passivo circulante		55.177	63.473
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	53.096	76.808
Debêntures	8	-	17.823
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	82.994	80.538
PIS e Cofins diferidos		20.826	23.398
Encargos regulatórios diferidos		17.117	19.258
Provisão para contingências	11	876	876
Outras obrigações		1.764	2.383
Total do passivo não circulante		176.673	221.084
Patrimônio líquido	12		
Capital social		355.746	335.908
Reservas de lucros		96.526	70.332
Total do patrimônio líquido		452.272	406.240
Total do passivo e patrimônio líquido		684.122	690.797

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	14	117.392	145.600
Custos de operação	15	(14.353)	(12.049)
Lucro bruto		103.039	133.551
Despesas operacionais, líquidas	15		
Administrativas e gerais		(3.412)	(4.164)
Pessoal		(3.107)	(2.920)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(2.985)	(2.281)
Outras receitas, líquidas		25	365
		(9.479)	(9.000)
Lucro antes do resultado financeiro		93.560	124.551
Receitas financeiras		3.163	2.625
Despesas financeiras		(10.361)	(13.273)
Resultado financeiro	16	(7.198)	(10.648)
Lucro antes dos impostos		86.362	113.903
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	(7.446)	(11.331)
Diferido	9	(2.458)	(9.611)
		(9.904)	(20.942)
Lucro líquido do exercício		76.458	92.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	76.458	92.961
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>76.458</u>	<u>92.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucro a realizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	318.040	44.306	18.018	47.003	-	-	427.367
Adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	-	(44.856)	(44.856)
Capitalização de reserva de incentivos fiscais (Nota 12b)	17.868	-	(17.868)	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	(47.003)	-	-	(47.003)
Dividendos pagos	-	-	(150)	-	-	-	(150)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	92.961	92.961
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal (Nota 12b)	-	4.648	-	-	-	(4.648)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 12b)	-	-	19.838	-	-	(19.838)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12c)	-	-	-	-	-	(22.079)	(22.079)
Dividendos adicionais propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	46.396	(46.396)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335.908	48.954	19.838	-	46.396	(44.856)	406.240
Capitalização de reserva de incentivos fiscais (Nota 12b)	19.838	-	(19.838)	-	-	-	-
Dividendos pagos (Nota 12c)	-	-	-	-	(1.540)	-	(1.540)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	(44.856)	44.856	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	76.458	76.458
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal (Nota 12b)	-	3.823	-	-	-	(3.823)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal (Nota 12b)	-	-	18.700	-	-	(18.700)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12c)	-	-	-	-	-	(13.484)	(13.484)
Dividendos intercalares (Nota 12c)	-	-	-	-	-	(15.402)	(15.402)
Dividendos adicionais propostos (Nota 12c)	-	-	-	-	25.049	(25.049)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	355.746	52.777	18.700	-	25.049	-	452.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.362	113.903
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3	4
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	6.879	8.575
Encargos sobre debêntures	1.909	3.569
Rendimento sobre aplicações financeiras	(495)	(501)
	94.658	125.640
Aumento (redução) no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(1.193)	(462)
Ativo de concessão	72.651	26.329
Tributos e contribuições sociais	(3.328)	3.306
Serviço em curso	(1.318)	309
Outros ativos	(461)	(308)
	66.351	29.174
(Aumento) redução no passivo		
Fornecedores	(300)	1.510
Taxas regulamentares	(1.106)	17.168
Tributos e contribuições sociais – correntes	(3.664)	3.972
Tributos e contribuições sociais – diferidos	2.456	(17.037)
Outros passivos	(2.612)	1.735
	(5.226)	7.348
	155.783	162.162
Pagamento de juros de empréstimos	(6.894)	(8.589)
Pagamento de juros de debêntures	(2.186)	(3.967)
Pagamento de tributos	(8.546)	(15.398)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	138.157	134.208
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(84)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(84)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(32.743)	(88.589)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(22.534)	(21.415)
Pagamento de debêntures	(23.696)	(23.648)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(78.973)	(133.652)
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	59.100	556
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	14.843	14.287
Saldo no final do exercício	73.943	14.843
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	59.100	556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (“RAP”) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o contrato de concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	203.655	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.565/2019.

O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 6.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 5 de março de 2020.

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas Notas 2(h) e 6.

Momento de reconhecimento do ativo de concessão

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

b. Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

c. Tributos

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Em 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0138/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da Companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos--Continuação

Correntes--Continuação

Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta negou o reconhecimento alegando que a STN estaria sem Certidão de Regularidade Fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124 da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 7,6%. Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração do resultado pelo seu valor líquido.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Taxas regulamentares e setoriais

Reserva global de reversão: Encargos do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

Programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% da RAP líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica encargos regulatórios, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Taxa de fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

e. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

f. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

f. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são valores a receber de concessionárias e permissionárias.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48, a Companhia aplica o modelo de perdas esperadas aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

g. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

h. Ativo de concessão--Continuação

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IGPM.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

h. Ativo de concessão--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

i. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

j. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

k. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

I. Provisões--Continuação

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

m. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Companhia apresenta os juros sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

n. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de remuneração dos ativos da concessão no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

o. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Emitido em 13 de janeiro de 2016 (aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade como NBC TG 06 (R3)) e vigorando a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia efetuou suas análises a respeito da adoção inicial e concluiu que não há impacto significativos em suas demonstrações contábeis.

ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

O ICPC 22, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia efetuou suas análises a respeito da adoção inicial e concluiu que não há impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Outros pronunciamentos

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	302	529
Aplicações financeiras	73.641	14.314
	73.943	14.843

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou saldo de R\$ 8.880 (R\$ 8.385 em 2018), referente a conta de reserva vinculada ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A..

5. Concessionárias e permissionárias

	2019	2018
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	20.158	1.697
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	2.096	19.364
	22.254	21.061
Concessionárias e permissionárias	20.000	19.759
Concessionárias e permissionárias - partes relacionadas	561	536
Concessionárias e permissionárias - outros créditos	1.693	766
	22.254	21.061

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 5 dos meses subsequentes.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

6. Ativo de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	2019	2018
Saldo inicial	638.047	672.984
Adoção inicial CPC 47	-	(8.607)
Receita de operação e manutenção	46.649	27.546
Remuneração do ativo contratual da concessão	79.186	128.110
(-) Parcela variável	699	(415)
Realização do ativo contratual	(199.185)	(181.571)
Saldo final	565.396	638.047
Ativo de concessão - circulante	125.253	184.190
Ativo de concessão - não circulante	440.143	453.857
	565.396	638.047

As contas a receber da concessão incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/ reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	10% a.a.	76.856	99.405
Circulante		(23.760)	(22.597)
Não circulante		53.096	76.808

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE/PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira em julho de 2006 e a última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2019, 54 prestações a serem pagas (Em 2018, restavam 66 prestações a serem pagas). Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10% a.a.. Sobre os encargos financeiros estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do contrato de concessão nº 005/2004-ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros anuais em determinado níveis, os quais foram atendidos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão representados a seguir:

	2019	2018
2020	-	23.712
2021	18.253	18.253
2022	13.495	13.495
2023	14.374	14.374
2024	6.974	6.974
Não circulante	53.096	76.808

A movimentação dos empréstimos e financiamentos nos períodos está assim representada:

	2019	2018
Saldo inicial	99.405	120.834
Juros incorridos	6.879	8.575
Pagamento de principal	(22.534)	(21.415)
Pagamento de juros	(6.894)	(8.589)
Saldo final	76.856	99.405

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Debêntures

	Encargos	2019	2018
Banco Itaú Unibanco S.A. (i)	109,75% da CDI	17.954	41.994
(-) Custos de transação		(1)	(68)
		17.953	41.926
Circulante		(17.953)	(24.103)
Não circulante		-	17.823

Em agosto de 2014, a STN realizou a 1ª emissão de debêntures com a emissão de 10.100 debêntures por meio do Banco Itaú S.A., no valor total de R\$ 101.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 6 anos, serão amortizadas em parcelas trimestrais e consecutivas, taxa de juros de 109,75% da CDI, com vencimento final em agosto de 2020. Não há cláusula de conversibilidade em ações e não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

O contrato de debêntures de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros anuais em determinado níveis, os quais foram atendidos.

A movimentação das debêntures nos períodos está assim representada:

	2019	2018
Saldo inicial	41.926	65.882
Juros incorridos	1.909	3.659
Pagamento de principal	(23.696)	(23.648)
Pagamento de juros	(2.186)	(3.967)
Saldo final	17.953	41.926

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	2019	2018
Ativo fiscal diferido		
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(25.581)	(28.699)
	(25.581)	(28.699)
Passivo fiscal diferido		
Diferimento do lucro da construção conforme		
Art. 84 inciso II, IN nº 1.515/14 e 1.700/17	108.624	110.275
Outros itens	(49)	(1.038)
	108.575	109.237
IRPJ e CSLL diferidos líquidos	82.994	80.538

10. Taxas regulamentares e setoriais

	2019	2018
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	5.467	4.519
Taxa de Fiscalização ANEEL	683	596
	6.150	5.115

- (a) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (b) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2019, a provisão no montante de R\$ 876 (R\$ 876 em 2018).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais e administrativos de natureza tributária, em 31 de dezembro de 2019, que totalizavam aproximadamente R\$ 16.075 (R\$ 3.353 em 2018), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 355.746 (R\$ 335.908 em 2018), representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Em 13 de novembro de 2019, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou incorporação ao capital social de R\$ 19.838 (2018: R\$ 17.868), referente a parcela de reserva de lucros - incentivos fiscais, apurada no exercício de 2018.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Quantidade de ações	
	Integralizadas	%
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	198.000.000	100

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b. Reservas de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais: A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o valor de R\$ 18.700 (R\$ 19.838 em 2018), relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido	76.458	92.961
(-) Reserva legal	(3.823)	(4.648)
(-) Incentivos fiscais	(18.700)	(19.838)
Base de cálculo de dividendos	53.935	68.475
Dividendos:		
Mínimo obrigatório	(13.484)	(22.079)
Dividendos intermediários	(15.402)	-
Dividendos adicionais propostos	(25.049)	(47.003)
	<u>(53.935)</u>	<u>(68.475)</u>

Em 24 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o pagamento de dividendos adicionais, no montante de R\$ 1.540 correspondentes ao exercício anterior.

Em 4 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 28.886.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

a. Saldos e transações

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(i)	<u>561</u>	<u>536</u>
Passivo:			
Fornecedores - CHESF	(ii)	<u>306</u>	<u>264</u>
Resultado:			
Custo das operações - serviços de terceiros - CHESF	(ii)	<u>4.015</u>	<u>2.854</u>

- (i) Saldo de faturas a receber da acionista CHESF, referente ao serviço de transmissão de energia.
(ii) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL, além dos contratos de compartilhamento do imobilizado.

b. Entidades com influência significativa sobre a Companhia

Alupar Investimento S.A.: sociedade anônima de capital aberto, com registro na CVM que tem por objeto social tem como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e nos demais países da América Latina.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF: concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade de economia mista de capital aberto, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

No exercício de 2019, as despesas com honorários da Administração contendo remuneração, encargos e outros benefícios diretos, totalizaram R\$ 2.985 (R\$ 2.281 em 2018).

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	46.649	27.546
Remuneração do Ativo contratual da concessão	79.186	128.110
(-) Parcela Variável	-	(415)
Receita de serviços cobráveis	699	606
Serviço de O&M	-	653
	<u>126.534</u>	<u>156.500</u>
(-) Deduções		
PIS	(610)	(830)
COFINS	(2.901)	(3.823)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.265)	(3.888)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.860)	(1.737)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(506)	(622)
	<u>(9.142)</u>	<u>(10.900)</u>
Receita operacional líquida	<u>117.392</u>	<u>145.600</u>

15. Custos e despesas operacionais, líquidas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos dos serviços prestados	(14.353)	(12.049)
Despesas operacionais, líquidas	(9.479)	(9.000)
	<u>(23.832)</u>	<u>(21.049)</u>
Pessoal	(10.981)	(9.903)
Depreciação e amortização	(3)	(4)
Despesas com manutenção	(6.121)	(5.419)
Serviços administrativos	(2.197)	(2.316)
Serviços diversos	(2.224)	(586)
Honorários advocatícios	(649)	(1.734)
Aluguéis	(843)	(581)
Material de expediente	(262)	(114)
Viagens	(419)	(373)
Taxas e anuidades	(158)	(384)
Outras receitas, líquidas	25	365
	<u>(23.832)</u>	<u>(21.049)</u>

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicações financeiras	2.992	1.827
Outras receitas	171	798
	<u>3.163</u>	<u>2.625</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.879)	(8.575)
Encargos sobre debêntures	(1.909)	(3.659)
Outras despesas	(1.573)	(1.039)
	<u>(10.361)</u>	<u>(13.273)</u>
Resultado financeiro	<u>(7.198)</u>	<u>(10.648)</u>

17. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2019 e 2018 pode ser demonstrada como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	86.362	113.903
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<u>(29.363)</u>	<u>(38.727)</u>
Exclusão do art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 (a)	5.903	5.903
Lei Rouanet / Esporte / FIA	960	1.113
Despesas e provisões indedutíveis	1.261	1.837
Outras, líquidas	11.335	8.932
	<u>(9.904)</u>	<u>(20.942)</u>
Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(26.146)	(31.169)
Incentivo fiscal	18.700	19.838
	<u>(7.446)</u>	<u>(11.331)</u>
Diferido	(2.458)	(9.611)
	<u>(9.904)</u>	<u>(20.942)</u>
Taxa efetiva	11%	18%

(a) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei nº 12.973/2014

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a STN não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A STN utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STN classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STN podem ser assim identificados:

Risco de crédito

A STN mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STN mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária.

Risco de preço

As receitas da STN são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

Risco de taxas de juros

A atualização do contrato de debênture da STN está vinculada à variação do CDI e o contrato de financiamento é fixado em 10% a.a..

Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da STN é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STN não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 16 de março de 2018, por apólice com vigência até 15 de março de 2019, no montante de R\$ 39.769, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago foi no montante de R\$ 57.000. Em 31 de dezembro de 2019, os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
SE - Teresina II	14.163	14.163
SE - Sobral II	14.163	14.163
SE - Fortaleza II	8.093	8.093
Estoque	3.350	3.350
Total	<u>39.769</u>	<u>39.769</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6